Precarização do trabalho na perspectiva de Bourdieu e Boltanski: revisão sistemática da literatura

Rodilon Teixeira

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo compreender e examinar aspectos históricos e sociais relacionados à precarização nas relações do trabalho contemporâneo através da análise dos estudos desenvolvidos por Pierre Bourdieu e Luc Boltanski. Através de uma revisão sistemática de literatura realizou-se um estudo qualitativa que identificou existir no trabalho de Boltanski uma análise sociológica da precarização no trabalho, enquanto que em Bourdieu, apesar de ser reconhecido como o primeiro autor a utilizar o termo "precariedade", considerou-se que os textos analisados não apresentam uma análise sociológica da precarização, mas uma crítica política ao capitalismo, bem como às consequências que a precarização têm gerado nas vidas das pessoas, além disso, constatou-se que que diversos autores sugerem o uso do constructo teórico de *habitus*, (Bourdieu, 1972) como ferramenta analítica nos contextos da precarização, sendo essas as principais contribuição deste artigo para as áreas de Estudos Organizacionais e Relação de Trabalho.

Palavras-chave: Boltanski; Bourdieu; precarização; carreira; revisão sistemática da literatura;

INTRODUÇÃO

Os estudos que abordam o campo das carreiras relacionadas ao trabalho na área das ciências sociais vêm demonstrando que nas duas últimas décadas as mudanças no contexto social e, em especial, a precarização do trabalho geraram impactos no mundo do trabalho (Antunes, 2012; Druck, 2013). Nesse sentido, a precariedade tende a ser uma característica definidora da vida econômica e social contemporânea (Bauman, 2001; Sennett, 1998; Standing, 2015).

As reformas neoliberais, ocorridas a partir dos anos 1980, exigidas pelos mercados financeiros e implementadas nos países capitalistas começaram a destruir direitos históricos das classes trabalhadoras (Alves, 2013), como, por exemplo, as garantias de emprego em tempo integral, relacionando a precariedade à insegurança no emprego. Nesse sentido, foi com base no aumento do desemprego e a introdução de relações "flexíveis" nos empregos nos países europeus que instigaram Bourdieu (1998, p. 83) a declarar que a precariedade "agora está em toda parte".

Os autores que seguiram a linha de pensamento de Bourdieu vêem a precariedade primariamente como uma condição de trabalho (Castel, 1998; Kalleberg, 2009). Com base nessa perspectiva, verifica-se que a precariedade está relacionada ao trabalho precário - caracterizado por insegurança no emprego, emprego temporário ou em meio período, falta de benefícios sociais e baixos salários (K. M. Millar, 2017). Atualmente, constata-se o crescimento desse fenômeno, sendo que diversos pesquisadores têm se dedicado a compreender e desvelar as causas e consequências da precarização no trabalho (Antunes, 2011, 2012; Bourdieu, 1998, 1999; Druck, 2013).

Ao analisar-se uma vasta literatura sobre a precarização no trabalho acumulada nos últimos anos, conforme aponta Millar (2017), destacam-se três autores que foram consistentemente referenciados, estando entre eles: Pierre Bourdieu (1998), Guy Standing (2014) e Judith Butler (2004). Além desses, considera-se que Boltanski e Chiapello (2009)

realizaram um estudo sobre o capitalismo que também revela muitos aspectos sociológicos sobre a precarização no trabalho.

Assim, por limitações deste escopo optou-se por analisar os trabalhos desenvolvidos pelos dois sociólogos franceses, Pierre Bourdieu e Luc Boltanski. O objetivo deste estudos será compreender e examinar aspectos históricos e sociais relacionados à precarização nas relações do trabalho contemporâneo, tendo como norte a seguinte questão de pesquisa: quais seriam as contribuições sociológicas dos autores Pierre Bourdieu e Luc Boltanski, ao abordarem esse tema em suas obras.

Para atingir o objetivo proposto e com base na questão de pesquisa este artigo foi divido em sete partes, iniciando-se por esta introdução. Na segunda parte é apresentada uma revisão teórica sobre o tema precarização, a seguir, é apresentada a metodologia e as análises qualitativas dos estudos empreendidos pelos autores considerados neste trabalho. Por fim, são apresentadas as considerações finais do artigo com a análise geral dos achados do presente estudo.

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

O fenômeno da precarização no trabalho trata-se da desestruturação da relação salarial constituída no capitalismo do pós-guerra e que pode ser verificado através do "desmonte das formas reguladas da força de trabalho como mercadoria" (Alves, 2013, p. 85), em que o aumento das jornadas e a flexibilização da regulamentação do trabalho passam a ser observados com uma tendência contemporânea crescente.

Ao verificar-se a origem do termo precariedade é na descrição empregada por Bourdieu (1963) na pesquisa que realizou na Argélia, quando utilizou o termo francês *précarité* (precariedade/insegurança), para descrever a situação que era vivenciada pela classe trabalhadora, (Cangià, 2018, p. 10). Posteriormente, no final dos anos 1970, o termo é encontrado nas investigações sociológicas que relacionavam a precarização à família e à pobreza, sendo que viver em tal situação de precariedade econômica e social tornara-se rotina na vida de certas famílias, em que apenas alguns de seus membros (pai ou mãe) tinham trabalho regular (Sá, 2010).

Verificou-se, porém, que essa utilização do termo precarização é deslocada e passa a ser relacionada ao conceito de emprego sem estatuto, quando alguns autores (Boltanski & Chiapello, 2009; Bourdieu, 1998; Caillé, 1994) passam a analisar a precariedade no trabalho em uma perspectiva pessimista e advertindo sobre os aspectos nocivos que podem gerar para os trabalhadores.

O fenômeno tem despertado interesse crescente das ciências sociais (Agergaard & Ungruhe, 2016; K. Millar, 2014; Neilson & Rossiter, 2005; Vallas & Cummins, 2015), além de estar associada às condições socioeconômicas de vulnerabilidade resultante dos processos atuais do mercado que ameaçam trabalhadores de diversas categorias profissionais a enfrentar situações de marginalização e exclusão. Além disso, constata-se que a falta de identidade baseada no trabalho seguro, ou mesmo a sensação de incerteza e insegurança associada ao trabalho flexível – que pode ser o emprego temporário ou por tempo parcial, caracterizam o emprego informal ou as ocupações autônomas vinculadas a essa precariedade (Cangià, 2018).

A flexibilização das relações de trabalho, uma forma de precarização do trabalho, também relacionada à terceirização e a mediação de mão de obra, é encontrada com peculiaridades distintas em diversos países, uma vez que estão vinculadas às políticas de emprego e das leis trabalhista de suas nações. No Brasil, a exemplo do que ocorreu

recentemente, as alterações ocorridas nas legislações trabalhistas do Brasil ampliaram a precarização, em especial com a promulgação da Lei da Terceirização (Lei 13.429/2017), dispositivo de extensão da precarização, como sinalizou previamente o estudo realizado por Souza e Lemos (2016), e da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017).

Assim, apresentados os aspectos teórico considerados relevantes sobre o tema precarização, a seção seguinte tratará dos procedimentos metodológicos deste estudo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho trata-se de uma revisão sistemática da literatura que se propõe a analisar as contribuições de dois autores específicos, no caso, Pierre Bourdieu e Luc Boltanski, relacionados ao tema precarização do trabalho através da síntese dos estudos empreendidos (Leavy, 2017). O tema será explorado com base nas investigações de trabalhos desses autores e estudos de outros autores, também relacionado ao tema, mas que tenham citado esses dois autores, tendo por intenção analisar-se criticamente as contribuições que foram apresentadas (Gil, 2002).

A composição do corpus de análise foi realizada, inicialmente, verificando-se e selecionando os principais trabalhos dos dois autores que abordaram a precarização no trabalho, depois, realizou-se uma pesquisa no Google Acadêmico, que possui uma boa cobertura de citações dos artigos e sinalizam sua relevância (Rosenstreich & Wooliscroft, 2009), para encontrar artigos relevantes sobre o tema e que tenham apresentado citações de Bourdieu ou Boltanski.

A busca foi realizada na primeira semana de dezembro de 2018, sendo utilizada as palavras-chave: "bourdieu" e "*precarity"* (termo precarização na língua inglesa). Entre os vinte principais artigos apresentados foram separados os dez mais citados para posterior leitura, sendo repetido o procedimento, mas utilizando-se as palavras-chave: "boltanski" e "*precarity"*, após estes procedimentos foram escolhidos 20 artigos. Ao realizar-se, inicialmente, a leitura seletiva dos resumos procurou-se identificar se o conteúdo dos artigos atendia aos requisitos da pesquisa, resultando na exclusão de 6 artigos e restando, assim, 14 trabalhos para compor o escopo de análise, juntamente com os textos dos autores Bordieu e Boltanski.

Após essas ações, foi realizada a leitura reflexiva dos textos para verificar as eventuais contribuições que poderiam apresentar contribuições para a análise qualitativa sobre os trabalhos desses dois autores. Nas seções seguintes serão analisados os trabalhos realizados por esses dois autores, além de trabalhos de outros pesquisadores que os tenham citado em estudos sobre o tema precarização.

PIERRE BOURDIEU – PRECARIZAÇÃO NO CAPITALISMO DOS ANOS 1960

Ao analisar-se as principais obras de Bourdieu que abordam a precarização no trabalho destacam-se as seguintes: *Travail et travailleurs ein Algérie* - 1963; e, "Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal" – 1998. Neste último, encontra-se um capítulo dedicado exclusivamente ao tema e que recebeu o título de "A precariedade está hoje por toda a parte".

A primeira obra trata-se de um estudo publicado com a coautoria de Bourdieu, em que é apresentado detalhes do trabalho etnográfico sobre os camponeses expropriados e (sub)proletários urbanos na Argélia, África do Norte, nos anos de 1950 e 1960. As suas incursões na Argélia ocorreram, primeiramente, como soldado (1955-1957), depois como professor na Universidade de Argel (1957-1961). Neste trabalho utilizou uma diversidade de

métodos de pesquisa - estatística, etnografa, entrevistas em profundidade, fotografias e testes de Rorschach - para a realização do estudo empírico (Bourdieu, 2012).

Pode-se considerar que o núcleo principal desse estudo foi o antagonismo entre o velho modo de pensar sobre a economia e novo tipo de pensamento capitalista que os franceses estavam inserindo naquele país (Swedberg, 2011). Bourdieu refere-se a essa nova forma de pensar com a transição para a cultura econômica do capitalismo como a "descoberta do trabalho e do desemprego" (Bourdieu et al., 1963, p. 303), pois na cultura daquele país não existiam tais concepções como tradicionalmente são apresentadas no contexto do capitalismo.

A principal categoria apresentada nesse estudo foi a dos "subproletariado argelino", que designava, segundo Bourdieu, um grupo multifacetado que incluía "os desempregados, os trabalhadores casuais, os vendedores ambulantes, os pequenos empregados, porteiros, mensageiros, cuidadores, aqueles que vendem pacotes de cigarro ou um punhado de bananas". (Bourdieu et al., 1963).

A modernização na Argélia foi realizada à força pela dominação colonial da França, que obrigou os argelinos a abandonarem as terras ancestrais e os reagrupou em campos, ou então, a migrarem em direção às cidades, desagregando as unidades sociais tradicionais. Foi nesse contexto, que o diagnóstico de Bourdieu sobre o processo de adaptação ao capitalismo em uma sociedade colonizada considerou que as expectativas e as capacidades inerentes ao *habitus* do camponês argelino deterioraram sua adaptação à economia e à sociedade moderna (Swedberg, 2011).

Essa transição demonstrou a necessidade dos argelinos se deslocarem na direção da racionalidade econômica com o propósito de excluir a lacuna existente entre suas antigas atitudes econômicas culturais e o novo comportamento econômico imposto pelo país colonizador. A racionalidade econômica citada por Bourdieu, na linha de Weber, significava a capacidade de realizar cálculos com precisão, de forma metódica e sistemática. Ademais, ampliando o sentido dado por Weber, Bourdieu considerou que para os argelinos realizassem os cálculos racionais, precisariam primeiro estar em condições de olhar para a própria vida em termo racionais (Swedberg, 2011).

Além disso, uma questão importante que Bourdieu introduziu na sociologia econômica com este estudo foi a do sofrimento, que - posteriormente - em seus trabalhos designou como "sofrimento social". Ele descreve com detalhes os sofrimentos dos trabalhadores, em especial, dos urbanos e mais pobres, sendo que não sofrem apenas de privações econômicas, também constata a falta de relações pessoais e terem um vida cotidiana desorganizada (Swedberg, 2011).

Os achados desse estudo indicam inconsistências, confusões, "ausência de nuances" e a "falta de realismo" (Swedberg, 2011, p. 154) que marcavam as visões que os subproletários argelinos, tinham de suas condições presentes e as possibilidades futuras. Os autores explicam, de outro modo, que as fontes estruturais de tais visões distorcidas, de modo a mostrar que elas eram "necessitadas" devido as situação daqueles indivíduos.

As incertezas crônicas vivenciadas pelos trabalhadores subempregados e desempregados nas cidades daquele país considerado como subdesenvolvido ou de Terceiro Mundo, antecipavam as condições que futuramente seriam vividas por diversas camadas da população nas sociedades ocidentais após as transformações estruturais do capitalismo tardio. Por exemplo, a flexibilização da força de trabalho e o desmonte neoliberal dos mecanismos de proteção social do Estado de Bem-Estar na Europa.

O segundo estudo de Bourdieu (1998) a ser analisado trata-se do livro "Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal", o qual, apesar de ter dedicar um capítulo exclusivo

ao tema precariedade, verificou-se que este trabalho estaria mais pautado pelo tom de uma crítica política do que propriamente um estudo analítico sobre a precarização. A crítica neste texto foi dirigida ao avanço do quantitativo de empregos a tempo parcial na França, no final dos anos 1990, mas sem aprofundar-se em realizar análises sobre o contexto social e eventuais causas desse avanço da precarização no trabalho.

Entretanto, esse trabalho ressucitou um conceito de precariedade que foi apresentado em um dos primeiros estudos sociológicos realizados por Bourdieu na Argélia nos anos de 1960, que resultou no livro *Travail et travailleurs ein Algérie*, apresentado anteriormente no escopo deste estudo, sendo que nessa época o conceito não obteve muito destaque. Foi apenas no final dos anos 1970 que o termo começou a surgir no meio acadêmico e público, quando sociólogos e políticos franceses buscaram desenvolver uma abordagem multidimensional da pobreza (K. M. Millar, 2017).

A seção exclusiva dedicado ao tema precarização foi denominação de "A precariedade está por toda a parte", declarando que ela estaria no setor privado e também no setor público, nos mais diversos tipos de organizações, sendo que nesses locais se observava a crescente ocorrência de empregos temporários e por tempo parcial (Bourdieu, 1998). A evidente expressão de denúncia deste texto revela a preocupação do autor com os efeitos que estariam gerando nas vidas de homens e mulheres que passam por tais situações de incertezas sobre o futuro.

Essa insegurança e a ameaça permanente de desemprego inviabilizam a mobilização destes trabalhadores que passam a ser movidos exclusivamente pela racionalidade econômica. É com base nesse contexto, em que o trabalho se torna algo raro e desejável a qualquer preço, que Bourdieu afirma que os trabalhadores ficam submetidos aos empregadores. Além disso, afirma que a precarização atua diretamente sobre os trabalhadores que são afetados, impedindo-os de se mobilizarem, e também indiretamente sobre os demais trabalhadores, devido ao medo do desemprego (Bourdieu, 1998).

A situação descrita por Bourdieu (1998) se insere em um modo de dominação de tipo novo, que tem sua base na situação de insegurança generalizada e permanente, que resultam na submissão e na aceitação da exploração por parte dos trabalhadores, e que teria uma gestão racional da insegurança.

A parte final deste texto é marcada por um tom ainda mais político e militante, em que defende a possibilidade da luta polítca contra esse regime, em que aconselha a "encorajar as vítimas da exploração, todos os possuidores atuais e potenciais de empregos precários, a trabalhar em comum contra os efeitos destruidores da precariedade", bem como a mudança na lógica das antigas lutas dos trabalhadores (Bourdieu, 1998, p. 75).

BOURDIEU – O CONSTRUCTO DE *HABITUS* COMO FERRAMENTA ANALÍTICA

Além das duas obras apresentadas, em que Bourdieu abordou o tema precarização, encontram-se em diversos estudos a citação dele com referências a algumas teorias no uso como ferramenta analítica nos contextos da precarização, em especial o constructo do *habitus* que tem o seguinte conceito:

> [...] *habitus* é um modo de engendramento das práticas, condição de construção de uma ciência experimental da dialética da interioridade e da exterioridade, isto é, da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade. As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a

> um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente "reguladas" e "regulares" sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente. [...] as práticas que o *habitus* produz (enquanto princípio gerador de estratégias que permitem fazer face a situações imprevistas e sem cessar renovadas) são determinadas pela antecipação implícita de suas consequências, isto é, pelas condições passadas da produção de seu princípio de produção de modo que elas tendem a reproduzir as estruturas objetivas das quais elas são, em última análise, o produto.[...] O *habitus* está no princípio de encadeamento das 'ações' (Bourdieu, 1972, p. 60–61).

Nesse sentido, Bourdieu (1996) considerou que o sistema capitalista inaugurou um **novo tempo social,** determinado pelo capital, forjando novos *habitus*:

> O *habitus* preenche uma função que, em outra filosofia, confiamos à consciência transcendental: é um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo (Bourdieu, 1996, p. 144).

No estudo realizado por Tania Franco (2011), em que propõe transpor a noção de *habitus* bourdieusiano para a dimensão do trabalho – eixo da sociedade salarial ocidental – considera que se pode evidenciar a percepção de alterações em várias dimensões da vida social. Para exemplificar, cita que o fordismo criou novos *habitus* e uma forma de viver ditada pela disciplina no trabalho e com a mentalidade consumista, além de estar enclausurado pela noção do tempo útil, deixando a sociedade marcada pelo mantra do lucro, pela busca incessante da produtividade e o consumo.

Essas características geram um novo *habitus* de viver, em que se consome e trabalha sem parar, sem levar em consideração os horários, deixando de lado a memória social dos fundamentos que constituem a espécie humana (Franco, 2011). A precarização acrescenta novos atributos relacionados com o aumento da velocidade na execução das tarefas, com a intensificação do ritmo de trabalho e a multifuncionalidade, que influenciaram os novos *habitus*.

As mudanças que estão surgindo no mundo do trabalho relacionadas com a precarização podem estar causando, segundo destaca essa autora, discordâncias entre *habitus* no trabalho, em formação ou já formado, e as estrutura dinâmicas biopsicossociais dos indivíduos, semelhante ao que Bourdieu apontou para a discordância entre as estruturas e os *habitus* em situações de transição entre uma economia pré-capitalista e uma economia capitalista.

Encontra-se em outro estudo, desenvolvido por Charles Masquelier (2018), a afirmação de se encontrar em Bourdieu ferramentas conceituais consideradas mais adequadas para identificar a dominação induzida pela precariedade no trabalho e propor formas de resistência à precariedade contemporânea. O suporte sugerido é o conceito de *habitus*, em que os agentes necessitam enfrentar um estado que "institui e inculca formas simbólicas comuns de pensamento, quadros sociais de percepção [...] esquemas práticos de percepção, apreciação e ação" (Bourdieu, 2000, p. 175).

Neste sentido, o estado desempenha um papel primordial na produção e difusão do que vem a ser internalizado, tendo papel central nos "sistemas de classificação e de estruturas mentais" (Bourdieu, 1991, p. 169). Bourdieu acrescenta que esses esquemas de percepção se mostram "objetivamente ajustados às estruturas sociais", de tal maneira que os significados

associados a um fenômeno como a precariedade, são diferenciados de acordo com a própria posição social.

Refere-se também a um tipo de poder "simbólico" e de um tipo de dominação "simbólica", que para ser bem-sucedida (assegure o ajuste e a aceitação da realidade), essa forma de dominação deve primeiro garantir uma "apreensão da ordem estabelecida como natural" (Bourdieu, 1991, p. 169). Isso deve resultar na autoevidência e, por isso, a inevitabilidade da realidade social dada ou, como colocou o próprio Bourdieu, assegurar a "submissão dóxica à ordem estabelecida " (Bourdieu, 2000, p. 178).

Bourdieu afirmou que "toda dominação simbólica pressupõe, por parte daqueles que se submetem a ela, uma forma de cumplicidade que não é nem submissão passiva à restrição externa nem uma adesão livre aos valores" (Bourdieu, 1991, p. 50–51). O denominado "ajuste entre as estruturas subjetivas e as estruturas objetivas" (Bourdieu, 1991, p. 169), garantida pelo papel estruturante da *doxa*, e regulada pelo *habitus*, é nessa perspectiva o resultado de uma construção ativa da realidade social pelos próprios agentes (Masquelier, 2018).

Dessa forma, entende-se que a precarização do trabalho seria uma forma de dominação de novo tipo, tendo por base a criação de um estado generalizado de insegurança, que tem por objetivo compelir os trabalhadores a se submeterem à aceitação da exploração. Para caracterizar caracterizar essa dominação, Bourdieu (1998, p. 85), que considerou ser ela totalmente sem precedentes, como foi proposto por um orador no evento em que participava, o conceito muito apropriado e expressivo de *flexploitation* (exploração flexível).

A precariedade ao ser naturalizada pelos agentes, em especial ao considerar que se trata de algo inevitável, seria, nesse sentido, interpretada como o resultado de uma manobra ideológica capaz de assegurar a "correspondência de estrutura" [i.e. *habitus* dos agentes sociais] para estruturar [i.e. *doxa*] (Bourdieu, 1991, p. 169).

Ao afirmar que "[...] A vida sob o manto da precariedade é aqui considerada de grande potencial para reconhecer a arbitrariedade da ordem estabelecida e, consequentemente, questionar sua legitimidade", Bourdieu (2000) reconhece plenamente o caráter socialmente relativo dos *habitus* - as experiências ontológicas e as aflições oriundas da precariedade variam amplamente.

Assim, finalizando-se as análises relacionadas à Bourdieu, destaca-se a relevância de suas contribuições diretas apresentadas em seus estudos, ou mesmo como ferramenta analítica proposto por alguns autores para auxiliar nos trabalhos que buscam compreender o fenômeno da precarização no trabalho. Na próxima sessão será dedicada a analisar as contribuições de Boltanski sobre o tema objeto do presente estudo.

BOLTANSKI – PRECARIZAÇÃO NO CONTEXTO DO NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO

O segundo autor que terá seu trabalho examinado, Luc Boltanski, trabalhou com Pierre Bourdieu, no *Centre de Sociologie Européen*, onde foi seu assistente de pesquisa entre 1969 e 1976. Ao mesmo tempo em que iniciava sua carreira de professor assistente na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EhEss), e, mais tarde, em 1982, passou a professor titular. Em 1985, montou o laboratório, *Groupe de sociologie politique et morale*, no qual ocupou a direção durante cerca de dez anos (Rosatti, Bonaldi, Toledo, & Ferreira, 2014).

No presente estudo, com o intuíto de desenvolver a questão de pesquisa inicialmente proposta, considerou-se de maior relevância analisar os aspectos relacionados a precarização

do trabalho apresentados no livro "O novo espírito do capitalismo", publicado na França em 1999, por Luc Boltanski e Ève Chiapello. Isso porque, nele os autores realizam uma análise sociológica em que tiveram como objeto as mudanças ideológicas que acompanharam as transformações do capitalismo nas últimas décadas (Boltanski & Chiapello, 2009). O autor revelou que esse trabalho foi motivado pelas observações no contexto da França, após a metade da década de 1990, quando ocorreu um aumento das desigualdades e da força do capitalismo (Rosatti et al., 2014).

Este livro, segundo o próprio Boltanski, é, no fundo, reformista, sendo nele apresentada a "*Cité* (cidadela[1]) por projetos", em que para o capitalismo seria uma forma de salvação, pois considerou que "dava ao capitalismo contemporâneo a possibilidade não de terminar com a exploração, mas de se reformar relativamente" (Rosatti et al., 2014, p. 11). Contudo, o autor constata que se tornou muito difícil a realização dessa reforma no capitalismo, em virtude do que consideraram neste trabalho como sendo um novo tipo de relação que se estabelecia entre o Estado e o capitalismo, resultando no rebaixamento das reivindicações ou da radicalização das ações dos movimentos sociais, designado como "dominação gestionária".

Nesta obra analisaram o contraste entre os períodos de 1968-1978 e de 1985-1995, na França, em que o primeiro período foi marcado por movimentos sociais agressivos, um sindicalismo ativo e mudanças na alocação do valor agregado do salário que beneficiou os assalariados, etc. No segundo período constatam a quase ausência de movimentos sociais, os sindicatos desorientados, uma relação de emprego cada vez mais precária, além de uma maior diferenciação na renda e uma alocação do valor agregado que mais uma vez se tornou favorável ao capital, entre outros fatores (Boltanski & Chiapello, 2009).

Os autores afirmam que as mudanças no processo capitalista da França entre as décadas de 1960 e 1990 foram acompanhadas de um grande reordenamento dos sistemas e valores que são considerados relevantes e legítimos para a avaliação de pessoas, coisas e situações. Consideraram que houve precisamente mudanças nos mecanismos que buscam garantir a justiça do trabalho, além disso, as empresas alteraram não somente os tipos de organização que propõem, mas também mudaram as normas comportamentais, a definição de boas e más ações, e as fontes de sua justificativa.

Para a realização deste estudo foram definidos dois corpos de trabalho do campo dos estudos de gestão: o primeiro da década de 1960 e, o segundo, da década de 1990 (cada um representando cerca de 500 páginas e 50 textos). Foram utilizados textos publicados entre 1959 e 1969 para a década de 1960, e, para a década de 1990, textos publicados entre 1989 e 1994. Os textos focavam a organização do trabalho, as novas formas corporativas das organizações e no ambiente de trabalho dos gerentes, sendo textos que se propunham a fornecer educação moral sobre as práticas de negócio e foram escritos em francês por gerentes "profissionais" - como em oposição aos acadêmicos (Boltanski & Chiapello, 2005).

A análise desses corpos de trabalho foi realizada através da grade analítica dos seis regimes de justificação das ações identificados por Boltanski e Thévenot (1991), porém, elas não foram suficientes para descrever os tipos de justificativas encontradas nos textos de 1990, o que levou os autores a propor uma nova lógica de justificativa, que enfatiza a mobilidade, a disponibilidade e a variedade de contatos pessoais. Ela foi codificada como o sétimo regime de

[1] O uso do temo "cidadela" no lugar de "cidade", segundo Silva Correa (2010), justifica-se porque as definições do primeiro estariam bem ajustadas às proposições de Boltanski e Thévenot.
Silva Corrêa, D. (2010). Resenha" *De la Critique: Précis de Sociologie de l'émancipation*. Sociedade e Estado, 25(3).

justificação, uma "*Cité* (cidadela) orientada por projetos", que se refere a uma forma de justiça que é apropriada em um mundo organizado por redes (ainda descrito como sendo conexionista e reticular por natureza).

Neste regime de justificação são valorizadas as pessoas que se engajam em novos projetos, que demonstram terem flexibilidade, possuem compentências relacionais para integrar e interagir em redes, além de atuarem de maneira autônoma e dignas de confiança dos líderes das equipes e nas empresas que estão vínculados durante a duração do projeto.

No desenvolver deste trabalho procuram demonstrar as modificações ocorridas no espírito do capitalismo, em que descrevem a ocorrência de uma grande reorganização nos sistemas de valores dominantes, que seria a explicação para a ausência de resistência crítica nos anos 1980. Ressaltam também que ao descreverem as mudanças ocorridas nos últimos 30 anos na França, não podem afirmar que o modelo que apresentam teria validade universal, pois tratou-se de um estudo no contexto de um único país. Contudo, defendem que há motivos para acreditar que tenham ocorrido processos relativamente semelhantes no desenvolvimento de ideologias que acompanharam a redistribuição do capitalismo em outros países industrializados e que o modelo proposto poderia ser testado em outros países (Boltanski & Chiapello, 2009).

Nesse modelo os autores rotulam como um "espírito do capitalismo" a ideologia que justifica o compromisso das pessoas com o capitalismo, e que torne este compromisso atraente. Este espírito seria formado pelas crenças relacionadas à ordem capitalista que fornecem as bases para justificar e manter essa ordem, tornando legitimo os modos de ação e as disposições coerentes com ela (Boltanski & Chiapello, 2009). Com base na literatura sobre a evolução do capitalismo esboçam a ideia da existência de, pelo menos, três "espíritos", que se sobrepuseram, um após o outro, desde o século XIX, sendo a terceira forma do espírito do capitalismo a que os autores se dedicaram à construção de um tipo ideal e foi apresentada neste trabalho.

A análise realizada levou a conclusões sobre o surgimento de uma nova representação da empresa em contraste com a do período anterior (1968-1978), apresentando uma organização muito flexível, organizada por projetos, que trabalha em redes, com poucos níveis hierarquicos, em que a hierarquia é substituída por uma lógica de fluxos transversais. Nesse tipo de empresa o trabalhador não possui segurança no emprego, apenas a "empregabilidade" é garantida pela empresa, ou seja, há um determinado nível de competência e flexibilidade que possibilitará a cada indivíduo encontrar um novo emprego, seja ele fora ou dentro de sua empresa (Boltanski & Chiapello, 2009).

Essas mudanças geram reflexos na gestão de carreira, uma vez que os caminhos a serem percorridos para o desenvolvimento de uma carreira bem sucedida não estão claramente identificados. Com isso, pode-se deduzir que as pessoas assumem o controle de seu próprio futuro ao se tornarem responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento. Contataram que a segurança do emprego não foi um valor dominante durante os anos 1990, sendo este fator vinculado de maneira negativa ao status, hierarquia e burocracia, constratando ao que ocorria no período anterior (Boltanski & Chiapello, 2005).

Ao verificar-se tais mudanças, os autores evidenciam que devido as pessoas não mais desenvolverem suas carreiras, em substituição ao modelo anterior, passou a ser sugerido a ideia de uma sucessão de projetos, um após o outro. Com a obtenção do sucesso em determinado projeto, o indivíduo pode obter acesso a outros, além de aumentar a rede de contatos e, com o tempo, uma reputação que lhe garanta a empregabilidade.

As modificações que ocorrem na organização do trabalho, aliadas com o aumento da flexibilização do trabalho, permitiu transferir o peso das incertezas do mercado para os trabalhadores, sejam eles empregados diretos, subcontratados ou prestadores de serviços. A

flexibilidade se decompõe em duas formas, a interna e a externa, sendo a flexibilidade interna verificada na transformação profunda da organização e das técnicas de trabalho, e, a flexibilidade externa, se trata da organização de trabalho em rede, em que as empresas buscam os recursos necessários por meio de subcontratação utilizando-se de emprego precário, temporário e trabalho autônomo (Boltanski & Chiapello, 2009).

Os autores afirmam que os deslocamentos realizados nas organizações com o objetivo de obter-se maior flexibilidade externa às empresas resultaram no surgimento da precariedade relacionada à natureza do emprego (temporário, contrato por tempo determinado, tempo parcial ou variável) para toda uma faixa da população. Além disso, a utilização de trabalho temporário não serve apenas para enfrentar as oscilações no volume da produção/vendas, funciona também como dispostivo de seleção e pressão.

Outros aspectos apresentados e que se originam dessas modificações é a dualização dos assalariados e a fragmentação do mercado de trabalho, composto por dois mercados. O primeiro, formado por trabalhadores estáveis, qualificados, com níveis salarias, em geral, mais elevado e maior parte sindicalizados; o segundo, composto de trabalhadores sem estabilidade, com baixa qualificação e remuneração, além de pouca proteção (Boltanski & Chiapello, 2009).

Em relação às inovações gerenciais apresentadas pela literatura de gestão que analisaram, os autores afirmam que elas são destinadas principalmente aos executivos das grandes multinacionais. A preocupação com o desenvolvimento da empregabilidade dos trabalhadores prescrita nesses textos, estaria relacionada sobretudo àqueles que têm acesso a empregos melhor remunerados e mais protegidos, deixando excluído os que estão relegados e à margem, em postos de trabalhos menos sedutores, como os terceirizados e prestadores de serviço, os quais se tornariam "inempregáveis".

As novas práticas de gestão do pessoal descritas nessas literaturas, reforçam um processo de seleção/exclusão que deixam de fora os menos qualificados, os menos competentes, que aos pouco foram sendo "exteriorizados" e "precarizados" Boltanski e Chiapello (2009). Destacam a importância de esclarecerem o posicionamento que têm sobre a questão de saber a quem cabe a responsabilidade por esse fenômeno, que recai, inicialmente, sobre aqueles que as colocam em prática, os executivos e dirigentes.

Entretanto, Boltanski e Chiapello (2009) entendem que é impossível afirmar que o resultado foi premeditado, que a exclusão do emprego estável foi planejada e que para muitas pessoas seria negado o acesso ao emprego. Acreditam, sim, que seria mais provável que tais processos de exclusão estariam surgindo de um acúmulo resultante de pequenas modificações, ou melhor, micromodificações, para as quais teriam contribuído muitos gestores com prováveis boas intenções e acreditando estarem fazendo o bem, porém, colaboraram de alguma forma para o crescimento do desemprego e da precariedade no trabalho.

Além desses aspectos, os autores apresentam outra modificação, as quais consideram um retrocesso social, tratando de alterações na legislação que regulamenta o trabalho na França, que possou a permitir às convenções individuais firmadas entre as partes rebaixarem os limites mínimos e máximos previstos nas leis em relação à jornada de trabalho e salário. O que resulta também em um processo de degradação dos empregos mais estáveis e localizados em grandes empresas, deixando de atingir apenas empregos de atividades com baixos salários. Essas alterações fovorecem a intensificação do trabalho, uma vez que as pessoas passam a trabalhar mais horas recebendo o mesmo salário.

Ademais, após apresentadas essas mudanças, em que Boltanski e Chiapello (2009) procuraram demonstrar os contrastes existentes entre os dois períodos de comparação. Ressalta-se que vários outros tópicos não foram apresentados no escopo do presente estudo por entender-

se que, apesar de importantes, afastam-se das questões que se procurou desenvoler e analisar, como, por exemplo, aspectos da crítica social, enfraquecimento das defesas do mundo do trabalho, entre outros.

Assim, finalizando-se as análises das contribuições de Bourdieu e Boltanski, a seguir serão apresentados aspectos dos procedimentos metodológicos utilizados para a realização do presente estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo, que se considerou atingido, foi compreender e examinar aspectos históricos e sociais relacionados à precarização nas relações do trabalho contemporâneo, analisando-se as contribuições sociológicas dos autores Pierre Bourdieu e Luc Boltanski, ao abordarem esse tema.

Uma das primeiras contribuição de Bourdieu em seus trabalhos foi o uso do termo precarização no contexto do trabalho, em seu estudo realizado na Argélia na década de 1960, quando constatou que existia uma divisão social entre os trabalhadores permanente e temporários, e devido as condições de trabalho deste último considerou que eram *précarité* (termo em francês).

Outrossim, considerou-se que os estudos de Bourdieu analisados neste escopo não apresentavam uma análise sociológica da precarização, mas, uma crítica política ao capitalismo e as consequências que a precarização gera nas vidas das pessoas. Que pode ser identificada como uma filosofia do engajamento vinculada à concepção de liberdade, que marcaram algumas fases de seu trabalhos (Garcia-Parpet, 2006) e que o próprio autor qualificou mais tarde como "ofício militante" (Bourdieu, 1980).

Entretanto, apesar de não se ter encontrado uma análise estritamente sociológica sobre a precarização nos trabalhos deste autor, verificou-se que vários outros autores utilizam o constructo do *habitus* de Bourdieu (1972) como ferramenta analítica no contexto da precarização do trabalho, tornando-se uma importante contribuição para auxiliar na compreensão do fenômeno.

Diversamente, no trabalho de Luc Boltanski realizado em parceria com Ève Chiapello, encontra-se uma análise sociológica densa sobre o contexto, do que consideram como o "Novo espírito do capitalismo", e em seu desenvolvimento apresentam vários aspectos que contribuíram para o aumento da precarização do trabalho nos últimos 30 anos.

Frente ao fatalismo dominante que este novo espírito do capitalismo representa, conforme caracterizaram Boltanski e Chiapello (2009), e a aparente impotência da crítica social, verifica-se um esforço dos autores em encontrar a defesa da utopia da superação desse sistema. Essa defesa é sugerida com a realização de uma crítica radical, apesar de pouco expressiva, pode evitar a degradação social extrema, que esteja sendo endossada ideologicamente por meio do comprometimento das pessoas com o sistema capitalista, tornando este compromisso atraente.

Assim, considera-se que ambos os autores, de diferentes formas, apresentam contribuições importante e que podem auxiliar na melhor compreensão do fenômeno da precarização no trabalho. Acredita-se também que os trabalhos realizados por eles podem servir de inspiração para novos estudos que venham a revelar outros aspectos e consequências que as mudanças ocorridas no sistema capitalista estão realizando no mundo do trabalho e na vida das pessoas em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

Agergaard, S., & Ungruhe, C. (2016). Ambivalent Precarity: Career Trajectories and Temporalities in Highly Skilled Sports Labor Migration from West Africa to Northern Europe. *Anthropology of Work Review*, *37*(2), 67–78. https://doi.org/10.1111/awr.12096

Alves, G. (2013). *Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho* (1º ed). Bauru, SP: Canal6.

Antunes, R. (2011). Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *Serviço Social & Sociedade*, *107*, 405–419.

Antunes, R. (2012). *Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?*

Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: "Trad." Plínio Dentzien.

Boltanski, L., & Chiapello, E. (2005). The new spirit of capitalism. *International Journal of Politics, Culture and Society*. https://doi.org/10.1007/s10767-006-9006-9

Boltanski, L., & Chiapello, È. (2009). *O novo espirito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.

Boltanski, L., & Thévenot, L. (1991). De la justification. *Les économies de la grandeur, Paris, Gallimard*, *368*.

Bourdieu, P. (1972). *Esboço de uma teoria da prática*.

Bourdieu, P. (1980). Le Sens Pratique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, *2*(1), 475.

Bourdieu, P. (1991). Language and Symbolic Power. *Polity*.

Bourdieu, P. (1996). *Razaões Práticas. Sobre a teoria da ação*. https://doi.org/10.1360/zd-2013-43-6-1064

Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Bourdieu, P. (1999). Job Insecurity is Everywher Now. In *Acts of Resistance: Against the Tyranny of the Market* (New Press, p. 81–88). New York.

Bourdieu, P. (2000). Pascalian Meditations. *Polity*.

Bourdieu, P., Darbel, A., & Rivet, J.-P. (1963). *Travail et travailleurs ein Algérie*. Mouton.

Butler, J. (2004). *Precarious life: The powers of mourning and violence* (Verso). London.

Caillé, A. (1994). Don, intérêt et désintéressement. *Revue européenne des sciences sociales*, *32*(99), 253–283.

Cangià, F. (2018). Precarity, Imagination, and the Mobile Life of the 'Trailing Spouse'. *Ethos*, *46*(1), 8–26. https://doi.org/10.1111/etho.12195

Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petropólis, RJ: Vozes.

De Souza, F. A. S., & Lemos, A. H. da C. (2016). Terceirização no Brasil: avaliação do marco legal e esclarecimentos sobre o projeto de lei nº 4.330/04 e a ação dos atores coletivos. *Cadernos EBAPE.BR*, *14*(11), 1035–1053.

Druck, G. (2013). A precarização do trabalho social no Brasil. In R. Antunes (Org.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil* (2º ed, p. 55–74). São Paulo: Boitempo.

Franco, T. (2011). Alienação do trabalho: Despertencimento social e desrenraizamento em relação à natureza. *Caderno CRH*, *24*(SPECIAL ISSUE.1), 169–189. https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400012

Garcia-Parpet, M.-F. (2006). A gênese social do homo-economicus: a Argélia e a sociologia da economia em Pierre Bourdieu. *Mana*. https://doi.org/10.1590/s0104-93132006000200004

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4º ed). São Paulo: Editora Atlas S.A.

Kalleberg, A. L. (2009). Precarious work, insecure workers: Employment relations in transition. *American Sociological Review*, *74*(1), 1–22.

Leavy, P. (2017). *Research design: Quantitative, qualitative, mixed methods, arts-based, and community-based participatory research approaches*. New York: Guilford Publications.

Masquelier, C. (2018). Bourdieu, Foucault and the politics of precarity. *Distinktion*. https://doi.org/10.1080/1600910X.2018.1549999

Millar, K. (2014). The Precarious Present: Wageless Labor and Disrupted Life in Rio de Janeiro, Brazil. *Cultural Anthropology*, *29*(1), 32–53. https://doi.org/10.14506/ca29.1.04

Millar, K. M. (2017). Toward a critical politics of precarity. *Sociology Compass*. https://doi.org/10.1111/soc4.12483

Neilson, B., & Rossiter, N. (2005). FCJ-022 From Precarity to Precariousness and Back Again: Labour, life and unstable networks. *The Fibreculture Journal*, (5), n.p. https://doi.org/http://journal.fibreculture.org/issue5/neilson_rossiter.html

Rosatti, C. G., Bonaldi, Toledo, E. V., & Ferreira, M. T. (2014). "Uma crítica para o presente": entrevista com Luc Boltanski. *Plural-Revista de Ciências Sociais*, *21*(1), 217–230.

Rosenstreich, D., & Wooliscroft, B. (2009). Measuring the impact of accounting journals using Google Scholar and the g-index. *The British Accounting Review*, *41*(4), 227–239.

Sá, T. (2010). "Precariedade" e "trabalho precário": consequências sociais da precarização laboral. *Revista de Sociologia*, *7*, 91–105.

Sennett, R. (1998). *The Corrosion of Character – the Consequences of Work in the New Capitalism*. New York, NY: Norton.

Standing, G. (2014). *The precariat: The new dangerous class* (Bloomsbury). London.

Standing, G. (2015). Migration, precarity, and global governance: Challenges and opportunities for labour. In C.-U. Schierup, R. Munck, L.-B. Branka, & A. Neergaard (Orgs.), *Migration, precarity, and global governance: Challenges and opportunities for labour* (p. 83–100). New York, NY: OUP Oxford.

Swedberg, R. (2011). The economic sociologies of pierre Bourdieu. *Cultural Sociology*, *5*(1), 67–82. https://doi.org/10.1177/1749975510389712

Vallas, S. P., & Cummins, E. R. (2015). Personal Branding and Identity Norms in the Popular Business Press: Enterprise Culture in an Age of Precarity. *Organization Studies*, *36*(3), 293–319. https://doi.org/10.1177/0170840614563741